

& CONSERVAÇÃO RESTAURO

CADERNOS



FASCÍCULO

I

EDITORIAL

Procuramos, com este primeiro fascículo de Cadernos do Ecomuseu de Barroso, responder a uma necessidade sentida por todos os que se dedicam ao tema de conservação e restauro e as problemáticas que advêm desta área que tenta preservar o património.

Perante o Projecto concretizado que é o Ecomuseu de Barroso e a grandeza que adquiriu ao longo destes anos, tornava-se indispensável a criação de tais suportes que agora potenciam aos seus leitores a oportunidade de interagir nesta temática de conservação e restauro .

Com o recurso a investigação, reflexões e textos de carácter científico e tecnológico tenta-se proporcionar ao leitor, profissional ou não, a possibilidade de observar o trabalho que o Ecomuseu tem vindo a realizar com o seu espólio museológico. Deixemo-nos levar por esta viagem ao encontro de símbolos e pedaços de história que cada objecto tem para esta região e para as suas gentes.



5

**RESTAURO ENTRE
O EXISTIR E SER**

13

**GABINETE DE CONSERVAÇÃO
E RESTAURO**

19

INTERVENÇÕES EM CURSO

CADERNO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes

Fascículo I

Vincent Craveiro Martins

No seguimento da criação deste gabinete de Conservação e Restauro, tenho o gosto de apoiar a elaboração deste Caderno de Restauro, que vem enriquecer e demonstrar a preocupação que o Ecomuseu de Barroso tem para com o espólio que possui e que todos os dias entra nesta instituição.

De referir a importância que tem a envolvimento da comunidade neste projecto que vai alicerçando esta relação entre sociedade local e Ecomuseu. Esta postura que depende inteiramente dos objectos que as pessoas vão doando a título de empréstimo, faz com que as exposições sejam rotativas e temporárias, a peça em questão entra num ciclo que se baseia no empréstimo, restauro, exposição e um posterior regresso ao seu proprietário.

Perante toda esta realidade que deu vida a este projecto pretendemos promover a valorização do património cultural nas suas diversas vertentes: património arqueológico, património etnográfico construído, património religioso e cultura material das comunidades sem esquecer a rentabilização dos recursos naturais numa vertente lúdica e desportiva, sempre com um sentido de respeito, conservação e sustentabilidade.

Deixemo-nos, assim levar por esta valorização das práticas do mundo rural de barroso: sistemas integrados de exploração agrícola, actividades económicas artesanais, técnicas tradicionais, modos e rituais da vida das populações que coordenado com parceria com esta temática que é a conservação e restauro fazem o sucesso deste museu vivo que é o Ecomuseu de Barroso.

David Teixeira, Diretor ecomuseu de barroso.

RESTAURO ENTRE O EXISTIR E SER

De entre as múltiplas formações que intervêm nas acções de Conservação e Restauro, interessa-nos considerar, aqui e agora, a actividade do Conservador-restaurador sem poder deixar de ter em conta que é precisamente quando caminhamos para uma sociedade que se prenuncia como hiper-especializada que mais se sente a necessidade da interdisciplinaridade.

É importante, quando falamos de Conservação e restauro, passar um olhar por aquele que foi o percurso do restaurador e verificar como começou por ser uma profissão/actividade relativamente incaracterística, anónima e necessariamente unida ao artista.

O processo de profissionalização só terá lugar com o aparecimento das colecções públicas, nos primeiros museus, onde ficará “encravada”, para, ao longo do Séc. XX, se ir dispersando e consolidando por outros serviços.

O restaurador artista aparece ligado a um contexto específico do coleccionismo, em que havia uma ambiência que aceitava com naturalidade os termos repintar, retocar, recompor, integrar, reintegrar, reconstruir e restaurar, e em que existia uma efectiva ligação entre criação e restauro, o que, naturalmente, propiciou o artista restaurador. É a própria evolução do conceito de obra de arte (estilo, mestre e autoria), sobretudo quando a antiguidade aparece como um valor digno, apreciado, e merecedor em ser conservado, que opera a transformação do conceito de restauro e são estas conceptualizações que conferem, a partir de então, um respeito que é também histórico-artístico.



Oratório, Séc. XIX, de carácter popular, pertencente ao Pólo do Ecomuseu de Salto (pormenor)

O ano de 1793, com a criação do Museu Central das Artes de Paris (que absorve as colecções reais), é um importante marco para a história da conservação e restauro. Como que estabelece uma fronteira ao apontar para uma nova mentalidade pela forma diferente de o restaurador se posicionar perante uma colecção pública.

É neste novo contexto, com o desenvolvimento do fenómeno museístico, em que a sociedade declara expressamente o seu interesse por alguns objectos, é neste âmbito e neste enquadramento de colecções, que agora são públicas, que surge o restaurador profissional. Temos, assim, um profissionalismo que se vai afirmando à medida que o restauro vai deixando de estar sujeito ao gosto do cliente privado e ultra-passando as imposições do coleccionador.

É, pois, na oficina do Museu, em que o trabalho do restaurador se efectua sobre “bens da nação”, e já não sobre património privado, que surge a necessidade de se justificar a intervenção e em que, por isso,

passa a ser produzida documentação sobre a intervenção, passa a ser necessário fundamentá-la sob o ponto de vista histórico-artístico e em que se vai tornando cada vez mais essencial o conhecimento de Física e de Química.

É aqui, nesta actividade pública, que se vai caldeando o restaurador com um perfil que é ao mesmo tempo humanista e cientista.

Para além da vertente artística, e porque se trata de intervenção num Património que agora é colectivo, terá de haver um respeito pela comunidade, ou seja, estamos também perante problemas de ética requeridos pela intervenção.



Talha de Cadeirão da Igreja de Salto, Séc. XIX, pertencente ao Pólo Ecomuseu de Salto

Os problemas que se prendem com a profissão e com teorias de restauro, têm vindo a ser objecto de várias “doutrinas” que atingiram as suas máximas expressões com Cesari Brandi e Paul Philipot.

Em Portugal, Mendes Leal afirmava, em 1858, que, apesar dos Alvarás de 1721 e 1802 serem “uma prova da zelosa solicitude e grande ilustração (...) e uma

precaução patriótica contra as cegas temeridades do camartelo (...) infelizmente não tem sido cumprida e muitos anos vão frustrados para este empenho de nacionalidade de progresso e dignidade”.

No Séc. XIX, sobretudo depois da extinção das Ordens Religiosas (1834), apesar de as questões relacionadas com o Património serem trazidas para a “ordem do dia” com Herculano, Mouzinho de Albuquerque, Possidónio da Silva, Sousa Holstein, Vilhena Barbosa e Ramalho Ortigão, desde muito cedo que assistimos a alguma complacência política com o incumprimento da legislação referente ao património, ao mesmo tempo que grassa o abandono, o desleixo e a incúria.

“Em todos os paizes civilisados se affirmam os cuidados, as responsabilidades, e os carinhos em salvar puras as reliquias do passado, em evitar arranjos pittorescos, supostas restaurações que estraguem, desnaturem, falsifiquem o trabalho artístico.

Em Portugal fizeram-se inúmeras barbaridades; gastaram-se grossas quantias em serenos vandalismos. Quando era muito melhor respeitar integralmente o que estava(...).

“Restaurar!” diz Viollet le Duc. Conservar salvar da ruína! diz-se hoje: porque já se tem a experiencia do que pode fazer, do mal irreparavel que pode produzir o architecto no edificio, o pintor nas telas e nas taboas pintadas; prodígios de engenho talvez, mas que se arriscam muito a ser falsificações. (...) Com a theoria de Viollet de Duc não há saber ou engenho capazes de salvar as obras de arte do arbitrio; e o arbitrio é neste caso uma falsificação, uma ratoeira aos

vindouros, e mentira aos contemporaneos.

(...) Ora Boito citando um provérbio oriental: «é vergonha enganar os de agora, maior vergonha enganar os vindouros, condena a theoria de Viollet le Duc por levar fatalmente á falsificação (...)».

Portugal não passou à margem das grandes querelas que caracterizaram o Séc. XIX, Ruskin, Boito e Viollet le Duc tinham, entre nós, os seus defensores e os seus detractores.

Entretanto, o vazio legal, existente entre nós, fez com que iniciativas como as da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes não pudesse ter dado andamento à famosa relação dos monumentos nacionais proposta em 1880, por Vilhena Barbosa, para classificação. A título informativo talvez importe sublinhar que esta proposta dividia os “Monumentos Nacionais e Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Illustres” em seis classes que iam desde os “Monumentos históricos e artísticos, e os edificios que sómente se recommendam pela grandeza da sua construção, pela sua magnificencia ou por encerrarem primores de arte” até aos “Monumentos pre-historicos Dolmens ou antas, men-hirs, mamunhas, etc.” passando por “Edifícios Importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou sómente históricos, mas não grandiosos ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellencia de arte” e por “Monumentos levantados em logares publicos pela gratidão nacional, em honra de homens que bem mereceram da pátria”.

As designações utilizadas para a sistematização das diferentes Classes, para além da sua importância

cultural, não deixam, também elas, de ser sociológica e politicamente relevantes.

Em 1898, Elvino de Brito criou o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que, em 1901, viria a ser reformulado pelo Ministro das Obras Públicas, conselheiro Vargas.



Cadeira de Altar da Igreja de Salto, Séc. XIX, pertencente ao Pólo Ecomuseu de Salto

O ano de 1901 foi um ano importante para o Património Cultural português. Em 30 de Dezembro publicou-se o Decreto com a “declaração das bases da classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencente ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos (...) os objectos mobiliários classificados pertencentes ao Estado são considerados inalienáveis

e imprescritíveis; os das corporações e estabelecimentos públicos, exceptuados os museus, não poderão ser restaurados, reparados nem alienados sem autorização do ministro, ouvido o Conselho”. Desde 1901 que a legislação tem vindo a enquadrar aquilo que tem sido o alargamento do conceito de Património Cultural. Assim, em 1932, pelo Decreto nº 20.985 é introduzida a figura de “Imóvel de Interesse Público” e, pelo Decreto nº 21.875, é autorizado o estabelecimento de “Zonas Especiais de Protecção”, o “Imóvel de Valor Concelhio” só virá a ser reconhecido em 1949, pela Lei nº 2.385 que promulga as disposições sobre a protecção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico artístico ou paisagísticos concelhios. Em 1972, a UNESCO, na Convenção de Paris, como que vem a fechar o círculo das modalidades inseríveis nos actuais modelos de património ao promulgar a “Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”.

No entanto, e apesar desta evolução jurídico/conceptual, foi necessário esperar pelo Decreto-lei nº 245/80, de 22 de Julho, para, no seu Artigo nº8, encontrarmos referências expressas às atribuições e competências dos profissionais de conservação e restauro... “O técnico de Conservação e Restauro sabe analisar as causas de deterioração dos bens culturais que lhe sejam confiados e decidir do tratamento mais adequado; sabe executar todas as tarefas que dizem respeito à sua especialidade e tem capacidade para ensaiar novos métodos e produtos e para orientar os técnicos auxiliares e artífices que façam parte da sua equipa de trabalho”.



Missácras da Igreja de Salto

É, efectivamente, um importante passo para responder a uma realidade que começava a exigir maiores definições. No próprio preâmbulo deste Decreto-Lei fala-se da necessidade do trabalho de equipa interdisciplinar (História, Arqueologia, Química...) para justificar o técnico de Conservação e Restauro que classifica como sendo aquele que “(...) sabe garantir a preservação das condições materiais do objecto, identificá-lo como falso ou verdadeiro e restaurar-lhe a aparência e a estrutura quando a acção do tempo, incúria ou qualquer catástrofe as alterou”.

A profissão de Conservador-restaurador que sempre estivera indefinida, e sem qualquer tipo de enquadramento jurídico/funcional, começava agora a dar os primeiros passos no sentido da sua definição e da sua regulamentação.

Tinham-se criado as condições para viabilizar uma formação direccionada para a conservação e restauro e é na sequência deste diploma que, em 1981, funcionou, no IJE, o primeiro curso que habilitou profissionais para intervir nesta área. No entanto, promovida pelo IPPC (Eng. António Lamas), a Es-

cola Superior de Conservação e Restauro só viria a ser criada pelo Decreto-lei nº 431/89. Foi, pois, esta a Escola que, juntamente com o Instituto Politécnico de Tomar (Portaria nº 623/89), prepararam os primeiros técnicos que, com formação específica, começaram a dar resposta às crescentes solicitações de um mercado em alta.

Há um notório desfasamento entre o que se passa na formação e aquele que é o exercício de uma actividade com ela relacionada. Em relação a esta actividade podemos situar o ano de 1965 como o ano charneira, uma vez que, com a publicação do Decreto-Lei nº 46.758 se processa um importante salto qualitativo. “(...) A oficina de beneficiação de pintura, que durante muitos anos funcionou no antigo Convento de S. Francisco da Cidade e que em 1946 se transferiu para dependências do edifício construído junto ao Museu Nacional de Arte Antiga, tem mera existência de facto.

Nenhuma disposição legal a instituiu, regula a sua organização e funcionamento ou estabelece as condições de execução dos trabalhos. Uma vez procede-se como se dependesse da Junta Nacional da Educação, outras vezes como se constituísse um anexo do Museu. Ao fim e ao cabo ninguém exerce nela efectiva e regular superintendência: a Junta, em cujo orçamento se inscreve a verba que permite mantê-la embora precariamente, não o pode fazer, porque isso não é compatível com a sua índole, e o Museu, naturalmente, retrai-se por falta de título que legitime a sua intervenção. Nestas condições, e com recursos financeiros muito limitados, a oficina,

durante largos anos servida pela perícia e a intuição admiráveis de Luciano Freire e de Fernando Mardel, não tem podido corresponder, com a amplitude requerida, à missão que, embora de facto, lhe está confiada. Nem sequer às pinturas dos museus dispensa na medida necessária a vigilância e tratamento que elas reclamam.

E, além destas muitas obras espalhadas pelo País, mal defendidas das injúrias dos homens e do tempo, arrumadas em locais sem a devida preparação, expostas a fortes oscilações de temperatura, carecem dos seus cuidados, e, à falta deles, vão sofrendo grandes danos ou se vão perdendo.

(...) O novo Instituto recebe, em homenagem devida a quem tão altos e devotados serviços prestou à arte, o nome de José de Figueiredo. Tendo como sede o edifício que foi o primeiro no Mundo a ser estudado e construído especialmente para instalação de serviços desta natureza, compreende duas secções: laboratório e oficina.



Missácras da Igreja de Salto, Séc. XIX

A primeira, destinada a favorecer, pela utilização de processos físicos e químicos de análise, quer o estudo das obras de arte, quer a preparação do seu restauro, encontra-se já apetrechada com material para exames de raios X, de raios infravermelhos e de raios ultravioletas, para fotografias à luz rasante e à luz das lâmpadas de sódio, para macro e microfotografia. (...) Na dependência desta secção ficam as equipas móveis de restauradores organizadas para percorrerem o País e procederem, nos próprios locais em que as obras se encontrem, os trabalhos menos complexos. Realizados a tempo, esses trabalhos evitarão quase sempre que as moléstias progridam e venham a causar mais tarde prejuízos de difícil ou impossível reparação. (...) O restauro de obras de arte pertencentes ao Estado (...) só pode ser executado pelo Instituto. Trata-se de precaução plenamente justificada pela delicadeza das operações em que se desdobra o restauro e pelos perigos que ele oferece se conduzido com menos perícia ou escrúpulo”. Como vemos, nem sempre a consciência da delicadeza de uma intervenção leva a tomadas de posição consequentes. A criação do IJF, em 1965, regulariza a situação de uma oficina que assim funcionava desde 1911.

Encontramo-nos, de novo, numa fase crucial para a evolução da Conservação e Restauro. Primeiro, a publicação do Decreto-Lei nº 342/99, que criou o Instituto Português de Conservação e Restauro e que é a resposta institucional aos desafios que hoje se colocam à Conservação e restauro; seguidamente, a publicação do Decreto-Lei nº55/2001, que é o diploma de carreiras da área da Conservação e Restauro e que se institui como o diploma fundamental para o enquadramento jurídico da profissão, e, por fim, a publicação da Lei nº 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural e que no seu Artigo nº 59 determina que “as intervenções físicas ou estruturantes em bens móveis classificados (...) são obrigatoriamente asseguradas por técnicos de qualificação legalmente reconhecida”. Estes enquadramentos procuram integrar as novas formas de “ver” as intervenções, tal como aparece expresso no preâmbulo do Decreto-Lei nº 342/99 “(...)os avanços da ciência conduziram ao aparecimento e adopção cada vez mais generalizada de um novo conceito em matéria de conservação, alterando profundamente a relação entre o conservador/restaurador e o Objecto. Trata-se de conservar preventivamente, evitando, sus-tendo ou retardando a degradação dos materiais (...). O restauro, e mesmo a conservação curativa, passam assim a reger-se pelo princípio da «intervenção mínima. Porém, reduzir a intervenção directa sobre as obras de arte e demais bens patrimoniais não significa diminuição de necessidades em matéria de investigação e formação de técnicos.”



Missal do séc. XVIII

Estamos, no início do Séc. XXI, empenhados no equilíbrio harmonioso entre o binómio Intervenção/Formação e a apetrecharmo-nos com ferramentas que nos permitam estar aptos a compreender a Conservação não só como um conjunto de teorias mais ou menos bem elaboradas, mas também como uma filosofia, uma ética e uma política que envolve uma grande multiplicidade de agentes.

Mário Pereira Subdirector do IPCR
In Conservação e Restauro Cadernos



Gravura de missal



Gravura de missal



GABINETE DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

O acervo do Ecomuseu engloba, neste momento, cerca de 5495 peças inventariadas, e um valor aproximado de 5000 peças ainda por inventariar. Devido a uma boa relação com a população local e um desejo de valorização de objectos característicos da região, periodicamente o museu acolhe peças que são doadas por privados o que justifica o número elevado de todo o acervo. Divididas em 9 Colecções as principais colecções do Museu são:

- Arte Sacra (Imaginária, Pintura, Mobiliário Litúrgico, Castiçais),
- Etnografia,
- Ciências Naturais,
- Estatuária,
- Cerâmica,
- Iconografia do Fundador,
- Mobiliário,
- Numismática e Medalhística,
- Curiosidades

De entre estas a mais relevante é a colecção de Etnografia, à qual o Museu dá prioridade conservativa. Todas as colecções têm origem em doações e compra de colecções a privados, sendo as suas proveniências originais muito diversificadas e em grande parte desconhecidas.

Todas as colecções do EB se encontram arroladas, todavia o processo de inventariação está ainda em urso.

Encontram-se já inventariadas/catalogadas todas as que se encontram no programa de inventariação utilizado criado pela Universidade Fernando Pessoa.



Edifício do gabinete de Conservação e Restauro do Ecomuseu de Barroso Espaço Padre Fontes

Perante a inventariação realizada no acervo do museu, todas as peças são sujeitas a uma intervenção que passa pelas seguintes etapas.

1 – Fase passiva

1.1 – Identificação

1.2 - Estado geral de conservação à vista desarmada

1.3 – Elaboração da Proposta de Intervenção

2 – Fase activa (ou de execução da intervenção)

2.1 – Levantamento fotográfico

2.2 – Desinfestação

2.2.2 - Métodos físicos

2.2.3 - Métodos químicos

2.3 – Intervenções estruturais

2.4 – Consolidações

2.5 – Eliminação de elementos adicionados

2.6 – Fixações da superfície decorada ao seu suporte

2.7 – Reintegrações

2.8 – Limpezas

2.9 – Acabamentos

2.10 – Levantamento fotográfico Final

2.11 – Organização do relatório final
de restauro/intervenção.



Andar inferior, zona de intervenção de Conservação e Restauro.

Todas as colecções, apesar de estarem sujeitas a estas etapas, estão sujeitas a vários princípios éticos que o ecomuseu tenta aplicar ao máximo, como tal:

Nunca

- Intervir em objectos que, em consciência, estejam para lá da nossa competência ou faculdades,
- Desvalorizar (ou valorizar) ou desvirtuar uma peça
- Descaracterizar uma peça
- Alterar a identificação
- Deteriorar peças antigas ou novas
- Utilizar soluções radicais
- Tornar o restauro invisível

Sempre

- Conservar o máximo de elementos antigos
- Reduzir a intervenção ao mínimo
- Utilizar produtos reversíveis
- Aplicar técnicas reversíveis
- Conservar vestígios de intervenções anteriores de boa qualidade
- Assumir inteira responsabilidade por trabalhos efectuados mesmo quando encomendados terceiros
- Respeitar o carácter histórico das peças

Perante estas directrizes o museu tenta interagir com a sociedade local, que ainda não criou bases sustentáveis para ter um pensamento conservativo, garantindo assim que todo o espólio cedido e a título de empréstimo esteja salvaguardado para as gerações posteriores.

Para além destas directrizes o museu tenta criar estratégias de sensibilização, a já referida boa relação com a sociedade local faz com que várias parcerias surjam, pareceres técnicos são dados assim como visitas in loco são regularmente efectuadas, damos como exemplo a visita à casa museu do traje de Barroso pertencente ao Rancho Folclórico da Venda Nova. Recentemente parte do espólio deste Rancho que se encontra exposto no pólo do Ecomuseu de Salto foi alvo de uma intervenção, mostrando assim o cuidado e dedicação que este projecto tem para com as peças que sistematicamente entram neste museu.

Para corresponder a esta metodologia de trabalho o gabinete está equipado com zonas distintas, sendo que para cada zona esteja determinada uma actividade.

O gabinete de Conservação e Restauro, neste momento possui uma zona para reservas, a qual se encontra resguardada de todos os factores que poderiam ser prejudiciais para as mesmas, esta divisão poderá ser visitada, sendo que para esta acção esteja dependente uma marcação prévia.



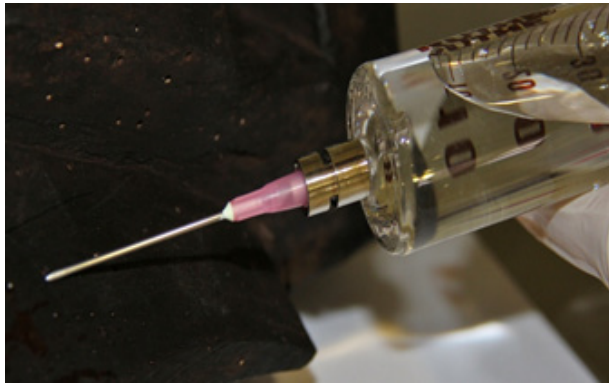
Zona de reserva

No mesmo edifício existe a zona de intervenção, na qual todo o espólio é sujeita a acções de carácter simplesmente preventivo, como limpeza ou, se a peça necessita, uma intervenção mais profunda.



Placa Termoelétrica

Com o recurso a diversos aparelhos tenta-se assim, alcançar um sucesso que se torna gratificante ao observar estes pequenos pedaços de história que adquirem assim um lugar de destaque neste espólio museológico.



Injeção pontual numa peça etnográfica

Utilizando as técnicas mais adequadas para a resolução do problema em questão, tenta-se intervir resguardando a peça e não adulterando a sua origem, sendo visível a olho nu todas as intervenções realizáveis.



Intervenção em plaina de moldado

Torna-se importante referir a preocupação que temos em aplicar produtos de origem natural, tais como, ceras e pigmentos vegetais ou animais.



Exemplo de verniz natural (goma laca)

Apesar de uma revisão urgente a todo o espólio do Ecomuseu, todas as peças merecem um cuidado e atenção durante a intervenção, proporcionando assim, um processo metódico e pleno de sucesso.



Intervenção em mosquete do séc XIX

No mesmo edifício existe ainda um local apropriado para lavagem de peças, onde toda a sujidade, das peças, é removida e onde se prepara cada objecto para o seu estudo mais detalhado.

Por vezes, perante uma ausência de elementos estruturais ou mesmo decorativos, as peças são submetidas a trabalhos na área da marcenaria, como se trata de uma acção específica que necessita de uma aproximação mais dinâmica e activa, o gabinete criou uma zona de marcenaria, a qual realiza todos os tipos de intervenção a que está sujeita esta arte.



Bancada para trabalhos de Marcenaria

Tendo como base de trabalho a bancada de marceneiro, os restauros estruturais de diversas peças está garantido sendo assim uma mais-valia para o desenvolvimento que é assegurado por este gabinete.



Tocheiro séc XVIII



Tocheiro séc XVIII (pormenor)



INTERVENÇÕES EM CURSO

Presentemente, o gabinete de Conservação e Restauro está a intervir no espólio de arte sacra do pólo de Salto, doação feita pela igreja Paroquial de Salto, trata-se de uma intervenção sem precedentes que marca a postura que foi tomada por este projecto desde o seu início.



Mãos de imagem de roca (pormenor)

Desta colecção surgiram várias peças, tais como, tocheiros dourados do Séc. XX, lanternas de procissão em chapa metálica com vestígios de douramento, andor processional, vários oratórios de arte popular assim como uma imagem de roca (de vestir) do Senhor dos Passos.



Olhos de imagem de roca (pormenor)

Todo o conjunto encontrava-se em muito mau estado sendo que esta intervenção deverá aumentar o tempo que estava inicialmente estimado para intervir.



Oratório popular, do séc XVIII / XIX

Deste conjunto deve-se referir a riqueza de talha decorativa que as peças apresentam, assim como alguns exemplares de origem popular que surgem com uma grande riqueza de policromia, facto que requer um estudo mais detalhado.

Digno de referência são os exemplares em talha dourada, tais como jarras decorativas de altar assim como lanternas processionais em lata que devido a uma oxidação acentuada destruíram por completo a folha de ouro original.



Jarras decorativas em talha

Com a intervenção nestas lanternas conseguiu-se dar o esplendor de outrora a estas peças que agora farão parte desta exposição que percorrerá todos os pólos do Ecomuseu de Barroso.



Lanterna processional, Séc XIX

Também neste conjunto sacro surge um elemento litúrgico bastante interessante e raro. Uma umbrell (denominação italiana de chapéu litúrgico) em tecido mas com a particularidade de a mesma ser pintada. Ainda não sofreu nenhuma intervenção mas após limpeza da superfície de tecido o esplendor da pintura decerto que irá ressurgir.



Umbrella aberta

Apesar do tecido não ser de riqueza em galões ou mesmo sedas, o floreado da pintura dá um toque de leveza e elegância decorativa.



Pintura da umbrell (pormenor)

Perante a realização de uma exposição sobre a vertente sagrada da pessoa, Padre Fontes, o gabinete teve de submeter várias peças de ourivesaria setecentista a uma limpeza de todas as superfícies.

Todas as peças em prata apresentavam uma oxidação que acabava por dar uma tonalidade escurecida ao metal em questão.



Desmontagem de cálice

No caso do Cálice, como se trata de um conjunto de peças, procedeu-se a uma desmontagem para mais facilmente alcançar zonas de difícil acesso.

Procedeu-se à limpeza de uma pixíde e também de uma patena que após finalização de intervenção readquiriram o esplendor original.

Neste momento encontram-se em exposição, submetidas a todos os critérios inerentes a esta acção.



Cálice, séc XVIII



Pixíde

Fica este primeiro Caderno de Conservação e Restauro do Ecomuseu de Barroso como fruto desta vontade que temos em cuidar o passado para um futuro mais rico, sentimos que se trata de uma atitude nobre e que para tal merece toda a nossa atenção e desejo de cooperação.

A equipa técnica que constitui este gabinete deixa assim em aberto qualquer desejo por parte da população de interagir com este projecto, enriquecendo-o e tentando que, cada vez mais, todas as boas práticas de conservação restauro se observem face a esta necessidade tão presente.



Réplica de Torque



Réplica de Torque

No próximo fascículo está previsto evidenciar o Restauro de peças de origem Celta, dois torques em ouro (réplicas), uma falcata (espada) e duas pontas de lança que constituem um dos achados arqueológico mais importante para a nossa região.

Restauro realizado não pelo gabinete de Conservação e Restauro do Ecomuseu mas pelo Museu D. Diogo de Sousa em Braga, tratou-se de uma intervenção urgente dado o débil estado em que se encontrava principalmente a falcata (espada).



Ficha Técnica

Direção David Teixeira • Coordenação Vincent Martins • Edição Ecomuseu- Espaço Padre Fontes,
Terreiro do Açougue; 5470 - 214 Montalegre • Tel. 276 510 203 • Fax. 27 651 02 01 •
e-mail. www.ecomuseu.org • Créditos Fotográficos Ecomuseu de Barroso. Todos os direitos reservados

